

Sínodo da Amazônia: “Missionários que não evangelizam, autóctone casado e culto a íolos pagãos”.



O *Instrumentum Laboris* do Sínodo da Amazônia apresenta a possibilidade de uma ruptura completa com a Igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo. Em última análise, o novo paradigma missionário consiste em converter-se ao sincretismo religioso.

Infovaticana, 10 de junho de 2019.

[<https://infovaticana.com/2019/06/10/sinodo-para-la-amazonia-misioneros-que-no-evangelizan-un-sacerdocio-autoctono-casado-y-culto-a-los-idolos-paganos/>].

Almudena Martínez-Bordiú.

Tradução. Bruno Braga.

O *Infovaticana* conversou com José Antonio Ureta sobre o Sínodo da Amazônia. Ureta é pesquisador da *Federación Pro Europa Cristiana* e autor do livro *El Cambio de Paradigma del Papa Francisco – Ruptura o Continuidad en la Misión de la Iglesia*.

Existe um silêncio generalizado nos meios de comunicação sobre o Sínodo da Amazônia. A que o senhor atribui isso?

Os jornalistas em sua maioria são superficiais, e dão importância a assuntos concretos e pontuais, com resultados imediatos e forte carga emotiva, que eles podem transformar em manchetes “sensacionalistas” para aumentar as vendas (melhor ainda se a notícia tem uma relação direta com os seus leitores...).

Falta a jornalistas desse tipo profundidade de espírito para que se deem conta de que até um evento religioso, sobre uma região distante e que será realizado em apenas quatro meses, pode ter impacto decisivo para os destinos da Igreja Católica e, conseqüentemente, para o futuro do mundo. Como os meios de comunicação não falam do Sínodo, o público da rua não sabe nada, o que torna o tema ainda menos interessante para os jornalistas.

Na sua opinião, quais são os objetivos do próximo Sínodo?

O objetivo oficial é buscar novos caminhos para a Igreja amazônica e para uma ecologia integral. Porém, os seus organizadores afirmam que as reflexões da assembleia sinodal têm uma dimensão universal, porque as medidas propostas poderão servir de modelo para outras comunidades católicas e para outros “biomas” (para os não iniciados, trata-se do conjunto de ecossistemas característicos de uma zona geográfica).

O documento preparatório diz que a Amazônia, por sua rica biodiversidade e por ser “multiétnica, multicultural e multirreligiosa”, é “um espelho de toda a humanidade”, cuja preservação “exige mudanças estruturais e pessoais de todos os seres humanos, dos Estados” e, como se não bastasse, “da Igreja”! (É cômico imaginar que a preservação da Amazônia dos supostos estragos provocados pela “cultura do descarte” tenha que passar por mudanças estruturais na Igreja...).

Mas, na realidade, é trágico. Porque o que se quer é apresentar o estilo de vida primitivo e pagão dos indígenas amazônicos como um modelo de relacionamento com a natureza, com os semelhantes e com Deus. Isso me faz recordar o título profético de um livro de Plínio Corrêa de Oliveira, escrito em 1977: “Tribalismo Indígena: Ideal Comuno-Missionário para o Brasil no século XXI”.

O que há quarenta anos era fantasmagoria na mente febril de missionários apaixonados pela “inculturação” e de alguns teólogos da libertação em busca de um substituto para o Castrismo transformou-se em programa oficial de uma Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos com base em uma Encíclica papal: a *Laudato Si*.

O Papa Francisco salientou que “é necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles – os habitantes da Amazônia -, e por suas culturas”. Ademais, disse que precisamos da sua sabedoria e conhecimento para “adentrarmos, sem destruir, o tesouro que guarda essa região”. No entanto, vemos como exemplo a missão Castrimani que, depois de 53 anos, não celebrou um só Batismo, e poderia servir de referência para o Sínodo. Que consequências pode ter isso?

No plano religioso, trata-se de renunciar oficialmente ao cumprimento da ordem dada por Jesus aos Apóstolos, a de pregar a todas as nações e batizar os que crerem em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Em vez disso, inserir na vida das comunidades católicas as superstições e os ritos idolátricos

dos aborígenes, sob o pretexto do “diálogo com as culturas” e a “inculturação da fé”.

Falando dos indígenas amazônicos, o documento preparatório diz, em uma frase com toques panteístas, que “suas diversas espiritualidades e crenças os motivam a viver uma comunhão com a terra, a água, as árvores, os animais, com o dia e a noite”. E apresenta os bruxos como modelos de “bem viver”: “Os sábios anciãos, chamados indistintamente pajés, mestres, wayanga ou xamãs – entre outros – promovem a harmonia das pessoas entre si e com o cosmos”.

A Igreja com “rosto amazônico” que desejam os organizadores será, no entanto, a Igreja Católica, fundada por Jesus Cristo, ou passará a ser uma seita ecológico-panteísta de culto à Pachamama, isto é, à Mãe Terra?

No plano econômico-social, é a renúncia oficial da Doutrina Social da Igreja e da ordem divina de “crescei e multiplicai-vos”, com a sua substituição pela agenda malthusiana e sub-consumista dos utopistas do decrescimento ecologicamente sustentável, que utilizam a ONU para disseminar suas falácias. Como Hans Schellnhuber (que “crê em Gaia, mas não em Deus”, e é frequentemente convidado para encontros no Vaticano), que defende a ideia de que a população da Terra não deveria passar de 1 bilhão de habitantes...

No texto de apresentação do Sínodo, fala-se em “um novo caminho para a evangelização e uma mudança de paradigma”. O que o Papa Francisco quer dizer com isso?

O paradigma missionário tradicional – que, graças aos Reis Católicos e aos missionários espanhóis e portugueses, teve como resultado mais brilhante a conversão da América Latina na região do mundo com maior número de católicos – consistia na pregação do Evangelho para obter a conversão dos pagãos e o seu batismo, assim como a penetração gradual do cristianismo em suas culturas, que foram purificadas com a fé e

enriquecidas com os aportes civilizatórios dos missionários europeus (o que desagradava o senhor López Obrador, pois aparentemente preferia que os astecas tivessem continuado a sacrificar diariamente centenas de vítimas humanas aos seus ídolos...).

O novo paradigma missionário consiste, ao contrário, em reconhecer que “os povos são os protagonistas da história de sua salvação e do processo de sua evangelização”, para que “o Evangelho e os evangelizadores respeitem a alteridade e preservem a identidade das mensagens e das culturas”, como disse o inspirador do documento preparatório do Sínodo, o teólogo alemão Paulo Suess. “Qualquer pretensão de substituir a memória religiosa indígena pela memória de Israel configuraria um novo propósito de colonização”, acrescenta sem hesitar.

O que faz então o missionário? Trata-se apenas, disse ele, de uma “presença solidária e de testemunho”, de um “acompanhar na luta” contra a hegemonia cultural colonialista da Civilização Ocidental e de mostrar aos indígenas que “a única ruptura que o Evangelho propõe é a ruptura com a infidelidade ao seu próprio projeto de vida”. Ou seja, é preciso incentivá-los a serem fiéis ao paganismo: “Pertencer ao povo guarani – conclui Suess – significa não apenas ter parentes com o povo guarani, mas também pertencer à religião, cosmovisão e à ordem social dos guaranis”.

Essa atitude de escuta modificaria o próprio cristianismo, fazendo-o passar da inculturação para a interculturalidade, em que “os membros das diferentes comunidades religiosas reaprendem a confessar a sua identidade religiosa desde a experiência transformativa da peregrinação, do êxodo, com os quais se criam espaços ‘transreligiosos’”, garante Raúl Fornet-Betancourt, filósofo cubano radicado na Alemanha, onde trabalhou como diretor do Departamento de América Latina no Instituto Católico Missio, de Aquisgrán. A interculturalidade “não é missão, e sim demissão”, uma ação paciente de renúncia

“a sacralizar as origens das tradições culturais ou religiosas”, acrescenta.

No final das contas, o novo paradigma missionário consiste em converter-se ao sincretismo religioso. Respondendo à pergunta “até que ponto podemos praticar as religiões indígenas?”, o jesuíta espanhol Bartomeu Meliá, primeiro responsável pela pastoral indigenista da Conferência Episcopal do Paraguai, disse durante a Semana Missionária de 2013: “Sim, pode-se praticar a religião indígena sem negar a própria, isso inclusive aumenta o nosso coração”. Creio que isso diz tudo.

O senhor assinalou que existem “fundados temores de que o Sínodo da Amazônia, ao centrar a organização da vida eclesial no fator étnico, pode incorrer em ‘heresia étnica’”. Pode explicar por quê?

Já nos anos de 1970, houve a primeira tentativa de criar uma “Igreja autóctone” no Zaire, fomentada pelo Cardeal Joseph-Albert Malula em nome de uma “teologia africana” e da negritude, sob o lema de que “somos nós que temos que fundar uma Igreja africana”.

Outro ensaio de “Igreja autóctone” foi tentado em Chiapas (México), por Bishops de San Cristóbal de las Casas, os Monsenhores Samuel Ruiz e Felipe Arizmendi, e desta vez em nome da “teologia indígena”.

À primeira tentativa, Paulo VI disse que “seria perigoso falar de teologias diversificadas segundo os continentes”, porque “o conteúdo da fé ou é católico ou não é!”.

Mais tarde, João Paulo II acrescentou que “o risco da teologia africana é o fechar-se sobre si mesmo”. A respeito dos novos ritos zaienses, misturando elementos tribais, disse que “o enriquecimento da Liturgia é possível, sob a condição de que seja mantido o significado do rito cristão e que apareça o aspecto católico da Igreja”.

Por sua vez, os Bispos de San Cristóbal de las Casas promoveram uma “Igreja autóctone” baseada em um Diaconato Indígena Permanente que, segundo eles, deveria fazer “uma síntese entre o sistema de cargos tradicionais indígena e a estrutura ministerial da Igreja Católica”. As celebrações deveriam ser realizadas com “palavras, símbolos e gestos próprios que partam da raiz e do coração das culturas das comunidades, em harmonia com o mistério cristão” (o que deixa claro que a matriz da celebração seria o culto ancestral, harmonizado sincreticamente com o cristianismo).

Depois da ordenação maciça de 103 diáconos indígenas (ladeados por suas mulheres, sobre as quais o Bispo também impôs as mãos), o então prefeito da Congregação para o Culto Divino, o Cardeal Jorge Medina Estévez, escreveu para o Monsenhor Arizmendi em nome de cinco dicastérios romanos, dizendo que “não é possível construir um modelo de Igreja particular predominantemente diaconal, que não estaria em conformidade com a constituição hierárquica da Igreja”.

Na mesma carta, de julho de 2000, pedia: “‘abrir’ a realidade diocesana a todos os componentes da Igreja, para que essa Diocese não fique “fechada” na tipologia exclusiva precedente”. Cinco anos mais tarde, o seu sucessor na Congregação, o Cardeal Francis Arize, escreveu, queixando-se de que “continua a estar latente na Diocese a ideologia que promove a implementação do projeto de uma Igreja autóctone”, e reiterava a necessidade de “abrir a Diocese a outras realidades eclesiais próprias de uma universalidade da Igreja Católica para ajudá-la a sair do isolamento ideológico mencionado”.

O Papa Francisco, ao contrário, revogou pouco depois de sua eleição a suspensão das ordenações indígenas impostas por seus antecessores e recolheu-se diante do túmulo do Monsenhor Samuel Ruiz durante a sua viagem ao México. Francisco agora parece querer, através do Sínodo da Amazônia, estender o modelo de “igreja autóctone” a toda região pan-amazônica (que

engloba nove países) e, no fundo, à Igreja universal, realizando assim o seu sonho de uma Igreja “poliédrica”.

A dificuldade de uma tal “amazonização” voluntária da Igreja na região (como a “sinolização” forçada da Igreja na China), é que tais “igrejas autóctones” vão pouco a pouco se fechando dentro do marco étnico-cultural da tribo local e vão, paralelamente, diluindo os seus laços institucionais e espirituais com a Igreja universal.

É o que o escritor francês Olivier Clément chamou de “sedução demoníaca da etnia”, como sendo a praga das igrejas ortodoxas dos Balcãs, que “desenvolveram a tendência a considerar a Igreja – que bendizia sua cultura – como um elemento da vida nacional, um componente da cultura local (testemunho tanto mais eloquente pelo fato de que o mesmo Clément era ortodoxo). Ao centrar a organização da vida eclesial no fator étnico-cultural, o Sínodo da Amazônia corre o risco de incentivar tal “heresia eclesiológica”, que afeta como uma praga as igrejas cismáticas autocéfalas e que os próprios patriarcas cismáticos de Constantinopla condenaram com rigor sob o nome de “etnofiletismo”, porque transforma a religião “em uma dimensão da cultura, da identidade nacional, de pertencimento étnico” (Aviso aos leitores da Catalunha: qualquer semelhança com a realidade das paróquias independentistas é mera coincidência...).

Um dos objetivos do Sínodo da Família parecia ser a abertura da Sagrada Comunhão aos divorciados que voltaram a se casar. No entanto, a publicação da exortação *Amoris Laetitia* não deixou nada claro, e Francisco continua sem responder aos Cardeais que apresentaram os *dubia*. É dito que um dos objetivos do próximo Sínodo será introduzir o celibato opcional para os sacerdotes. O senhor acredita nisso ou a resposta de Francisco continuará na linha da ambiguidade conhecida até aqui?

O Cardeal Kasper acabou de declarar ao jornal *Frankfurter*

Rundschau que acredita que, caso os Bispos peçam, o Papa Francisco autorizará na Amazônia a ordenação sacerdotal de *viri probati* casados. Seria supostamente, não uma dispensa geral de tornar o celibato opcional, mas uma autorização “caso por caso” – como o acesso à Comunhão por parte dos divorciados e civilmente recasados. Só que o “caso” da Amazônia – isto é, a penúria eucarística por causa da escassez de sacerdotes – repete-se em muitos lugares em todo o mundo. Em pouco tempo, a dispensa *ad experimentum* da Amazônia se transformaria na prática corrente, como aconteceu com a Comunhão na mão.

Porém, a questão da eventual ordenação de *viri probati* é apenas a árvore que esconde a floresta. A demolição do sacerdócio promovida pelos organizadores do Sínodo da Amazônia vai muito mais longe: em nome de supostos “ministérios com rostos amazônicos” estão favorecendo um novo tipo de liderança de leigos nas comunidades católicas que destrói o fundamento do caráter hierárquico da Igreja, baseado no Sacramento da Ordem Sacerdotal.

É o que vou denunciar em um próximo artigo para o site [<http://panamazonsynodwatch.org/>], e que terá um título mais ou menos assim: “A Amazônia como laboratório para uma Nova Igreja, desclericalizada e igualitária” (o que sempre foi o sonho das chamadas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, promovidas pela Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e cia.).

O Sínodo da Amazônia significará uma “ruptura” na Igreja, e “nada será o mesmo”, assegurou Franz-Josef Overbeck, Bispo de Essen, no site oficial da Conferência Episcopal da Alemanha. O que pensa a respeito?

Uma Igreja com missionários que não evangelizam, com um sacerdócio autóctone casado e ministros leigos que prestam culto a ídolos pagãos, que pregam uma moral baseada na fidelidade ao “projeto de vida” ancestral dos povos aborígenes e que apresentam o primitivismo como modelo de civilização,

sob o pretexto de respeito ao caráter sagrado da natureza, equivale... a uma ruptura total com a Igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo!

De que forma pode influenciar a eleição do Cardeal brasileiro Cláudio Hummes como relator do Sínodo?

É como se o Cardeal Kasper tivesse sido o relator dos Sínodos sobre a Família. Para mencionar um aspecto importante: quando o Cardeal Hummes foi nomeado prefeito da Congregação do Clero, em dezembro de 2005, antes mesmo de ir a Roma, ele declarou: “O celibato sacerdotal não é um dogma”, abrindo a possibilidade de mudar essa disciplina com a sua nova e importante posição.

Suas declarações causaram constrangimento no Vaticano. Um tempo depois o *Osservatore Romano* publicou um documento assinado pelo próprio Cardeal, retificando sua posição, e com um título que fala por si só: “A importância do celibato sacerdotal”. Mas esses eram outros tempos, e dos quais muitos têm nostalgia.